

19º Congresso Brasileiro de Sociologia
9 a 12 de julho de 2019
UFSC - Florianópolis, SC

Grupo de Trabalho
Cidades no Século XXI

O urbano paulista em foco: Sete décadas de reflexões produzidas no contexto da
pós-graduação do Estado de São Paulo

Bianca Freire-Medeiros (Universidade de São Paulo)
Alexandre Magalhães (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Introdução

São Paulo é o estado mais populoso da federação, o que possui a capital mais urbanizada -- nossa metrópole globalizada por excelência -- e onde se concentra a maior parte dos recursos públicos voltados para pesquisa. Não surpreende, assim, que a cidade de São Paulo tenha se consolidado, no século XXI, como objeto e território de produção intelectual privilegiados dos que se interessam pelas questões urbanas locais, nacionais e transnacionais. Desde fins dos anos 1940, não só sua capital, mas também a Região Metropolitana e vários de seus 27 municípios, têm inspirado milhares de pesquisas que se transformaram em teses e dissertações com filiações disciplinares e referentes teórico-metodológicos os mais diversos. Saltam aos olhos não apenas o volume quantitativo, mas a multiplicidade de recortes temporais e a heterogeneidade temática desses trabalhos que, em última instância, expressam a própria diversidade característica do espaço urbano de São Paulo.

Diante da ampla latitude desse universo empírico, esta comunicação dá os primeiros passos rumo a uma “sociologia da sociologia urbana” feita em São Paulo sobre São Paulo. Para esta meta-análise, valemo-nos, por um lado, da pujança das discussões e pesquisas coletivas produzidas pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid/USP); por outro, dos protocolos de classificação e análise desenvolvidos, ao longo de mais de 30 anos, pelo UrbanData-Brasil/CEM, banco de dados bibliográfico que reúne informações publicadas, sob diferentes formatos editoriais, acerca das várias dimensões do urbano brasileiro.

Partimos, mais especificamente, do trabalho que vem sendo realizado, desde 2018, pela equipe com vistas à publicação de *São Paulo em Teses: Catálogo bibliográfico (1940-2015)*. Com finalização prevista para dezembro de 2019, o catálogo já contabiliza pouco mais de 4.500 referências entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, livre-docência e de provimento de cátedra, defendidas em programas de pós-graduação das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, de instituições de pesquisa do Brasil e do exterior (em espanhol, francês e inglês), cuja reflexão se volta para os múltiplos aspectos do urbano do Estado de São Paulo, levando-se em consideração a totalidade de seus municípios. O material vem sendo coletado em uma cadeia de

disciplinas já consagradas aos estudos urbanos – história, arquitetura, geografia, antropologia, saúde pública, por exemplo –, ao qual se somaram outras sem a mesma tradição no campo, mas que eventualmente dele se ocupa, como a educação e a psicologia, entre outras¹.

Dos muitos recortes que esse material coletado e organizado pelo UrbanData-Brasil/CEM permite, elegemos como unidade de observação as dissertações e teses defendidas em oito PPGs em Sociologia e Ciências Sociais das universidades públicas do Estado de São Paulo², que tomam aspectos do urbano paulista como foco central de análise ou que, pela natureza de seu objeto de pesquisa, revelam dimensões importantes para a compreensão sociológica do espaço urbano ao qual estão empiricamente referidos. Nesta comunicação, portanto, trabalhamos com uma amostra de 497 referências, em um arco temporal de sete décadas, tendo como ponto de partida a primeira dissertação de mestrado (defendida por Fernando Henrique Cardoso) em 1953 na FFLCH/USP.

Instituição	Total de teses/dissertações
USP	208
UFSCAR	74
UNICAMP	57
UNESP	45
UNESP - Marília	42
UNESP - Araraquara	33
UFABC	19
Unifesp	19
Total	497

Tabela 1

Em diálogo com a proposta do GT “Cidades no Século XXI”, nosso objetivo é oferecer um panorama analítico preliminar que permita identificar não apenas continuidades e rupturas temáticas, mas também o deslocamento dos territórios empíricos e a reconfiguração dos objetos de estudo neste século. Antes, cabe

¹ A coleta das informações, ainda em andamento, é realizada em bibliotecas físicas e digitais pela equipe (bolsistas e voluntários) do UrbanData-Brasil/CEM, a quem agradecemos o empenho e dedicação. São eles: Danilo Cursino, Gabriela Rocha, Guilherme Amorim, Luma Mundin, Marcelo Vinturini, Maurício Lages, Nathalia Pereira, Victoria Boim. Somos gratos a Kelly Kajihara pela organização e tratamento das planilhas e montagens dos gráficos. Ainda quanto ao tratamento das planilhas, agradecemos também a André Salata.

² No caso da USP, o ano de surgimento do PPG em Sociologia é 1945 e o atual formato foi constituído em 1971. Em relação à Unicamp, o PPG em Sociologia surgiu em 1974 e o seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais tem sua origem em 1985. O PPGS da UFSCar formou-se em 2007. Já o PPG em Ciências Sociais da Unesp-Araraquara surgiu em 2011, em substituição ao antigo PPG em Sociologia. O PPG em Ciências Sociais da Unesp-Marília, por sua vez, formalizou-se em 1999. No caso da Unifesp, o PPG em Ciências Sociais surgiu em 2010, mesmo ano em que foi constituído o PPG Ciências Humanas e Sociais da UFABC.

recuperar, ainda que brevemente, os princípios norteadores do UrbanData-Brasil/CEM e esclarecer seus critérios classificatórios.

O UrbanData-Brasil/CEM e seus critérios classificatórios

Fundado pela socióloga Licia Valladares, no âmbito do antigo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), o UrbanData-Brasil surgiu com a intenção de suprir a necessidade de acompanhamento, registro, classificação e difusão do conhecimento científico sobre as cidades brasileiras, não raro restrito aos seus próprios centros produtores. Ao longo dos anos 1990, graças ao financiamento do CNPq e de agências estrangeiras, o banco de dados foi se consolidando como uma central de pesquisas, ultrapassando largamente os limites de um simples repositório de referências bibliográficas. Muito antes da popularização das ferramentas de busca, como o Google Scholars, ou de portais acadêmicos como o Scielo e o Scopus, o UrbanData-Brasil já disponibilizava informações sistematizadas sobre artigos de periódicos, livros, coletâneas, dissertações e teses, entre outros formatos editoriais. Quando em funcionamento pleno, o banco de dados permitia, ainda, a realização de balanços dessa produção multidisciplinar (Cf. Valladares, Sant'Anna e Caillaux, 1991; Valladares e Sant'Anna, 1992; Valladares e Freire-Medeiros, 2002; Valladares e Medeiros, 2003). Como resumem as sociólogas Jussara Freire e Lia Rocha (2010:):

“os numerosos trabalhos de Lícia Valladares e de sua equipe sobre a história da pesquisa urbana no Brasil, ou ainda, aqueles que elaboram e sistematizam informações referentes à pesquisa urbana (desde as publicações organizadas no âmbito do URBANDATA, no final da década de 1980, às mais recentes sobre “a Escola de Chicago” e sua circulação no Brasil) permitem apreender a construção do “pensamento social-urbano” no interstício das formulações e das problematizações das sociologias urbanas brasileiras com as francesas e norte-americanas”.

De meados dos anos 2000 até início da década seguinte, a crise financeira do Iuperj, que acabou por levar ao rompimento de seu corpo docente com a UCAM e sua incorporação parcial à UERJ sob o título de Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), refletiu-se em uma obsolescência das bases tecnológicas do UrbanData-Brasil. Nem mesmo com toda a dedicação de sua equipe, formada por mestrandos e doutorandos supervisionados pelo Prof. Luiz Antonio Machado da Silva – outro grande nome da sociologia urbana brasileira --, foi possível superar as dificuldades operacionais. O acervo bibliográfico foi se

tornando desatualizado, sobretudo face ao aumento exponencial de periódicos e programas de pós-graduação a que assistimos na década passada.

Em 2013, a Fundação Getulio Vargas passou a abrigar o projeto, sob a coordenação de Bianca Freire-Medeiros, então Professora Associada da Escola de Ciências Sociais da FGV. Com a migração, em 2015, de sua coordenadora para a FFLCH/USP, o UrbanData-Brasil foi incorporado ao Laboratório de Pesquisa Social/LAPS do Dept. de Sociologia. Nesse período, foram testados novos sistemas operacionais, sem que tivéssemos sucesso³. Ainda que o banco de dados tenha sido atualizado em várias frentes, não foi possível realizar, por limitações técnicas, uma de suas principais vocações: servir à comunidade acadêmica e ao público mais amplo.

No intuito de superar essas dificuldades, e enfim retomar o trabalho de divulgação do conhecimento e democratização da informação criticamente analisada, o projeto vinculou-se ao Centro de Estudos da Metrópole em 2018. Desde então, sua equipe passou a se dedicar à reconfiguração dos parâmetros classificatórios e do sistema de armazenamento de dados, bem como ao desenho e seu novo site que permitirá aos próprios pesquisadores alimentar o banco de dados com as informações pertinentes sobre sua produção.

É importante notar que, para além dos indexadores convencionais, a classificação na base é concebida por meio de Áreas Temáticas (ATs), critério de indexação criado por Licia Valladares, a partir da consulta a especialistas do campo, para agregar referências bibliográficas conforme os vários *corpi* da literatura⁴. Ao mesmo tempo em que atravessam as disciplinas -- operando, portanto, num nível de generalização importante --, as ATs escapam da arbitrariedade das palavras-chave que, como bem sabemos, costumam atender menos a requisitos objetivos e mais às necessidades de expressão idiossincrática dos autores.

³ Ao longo de 2014, a base de dados foi transferida do obsoleto sistema WinSis para o sistema de "Automatização das Bibliotecas e dos Centros de Documentação", conhecido por seu acrônimo ABCD. Infelizmente, esse software mostrou-se pouco produtivo face às novas demandas de interação com os usuários. A partir de julho, adotaremos a linguagem DRUPAL.

⁴ Foram muitos os colegas que, ao longo do tempo, auxiliaram nessa empreitada. No processo de revisão mais recentes, contamos com a expertise e generosidade de: Gleicy Silva, Guilherme Aderaldo, João Freitas, Lia Rocha, Mauro Amoroso, Monique Carvalho, Palloma Menezes e Rafael Gonçalves.

Ainda que sejam recortes limitadores, vez que respondem a campos semânticos previamente elencados, as ATs pretendem ser suficientemente flexíveis para contemplar temas consolidados, quanto incorporar outros que surjam. Esses campos semânticos advêm do nosso “Tesouro de Áreas Temáticas”, uma ferramenta por meio da qual reunimos, para cada AT, um conjunto específico de termos orientados à indexação e à recuperação das referências catalogadas na base. A cada referência bibliográfica podem ser atribuídas até cinco de um total de 35 ATs, a saber:

Administração e finanças públicas	Arte e estética	Construção civil
Fluxos populacionais e migrações	Espaço urbano	Estrutura social
Estrutura econômica e mercado de trabalho	Estrutura regional e metropolitana	Evolução urbana
Gênero/sexualidade	Habitação	Ideologia e política
Infância e juventude	Infraestrutura urbana, serviços urbanos e equipamentos coletivos	Meio ambiente e qualidade de vida
Memória, preservação e patrimônio	Mídia e comunicação	Mobilidade urbana
Modo de vida, imaginário social e cotidiano:	Movimentos sociais	Novas tecnologias e meio urbano
Ongs e Terceiro Setor	Planejamento urbano	Pobreza e desigualdade
Poder local e gestão urbana	Políticas públicas	Processos de urbanização
Relações étnico-raciais	Religiões, rituais e comemorações	Serviços, espaços e práticas de lazer
Serviços, espaços e padrões de consumo	Setor informal/Informalidade	Solo urbano
Turismo e cultura de viagem	Violência	

Diferente de um dicionário, o tesouro⁵ não define os vocábulos, mas explicita relações semânticas para que o pesquisador, de maneira rápida e precisa, identifique as ATs nas quais encontrará referências que interessam à sua

⁵ Segundo bibliografia especializada (Carvalho, 2013; Moreiro González, 2011; Cintra et al, 2002; Campos, 2001), o tesouro seria uma “linguagem documentária”, i.e, um sistema construído para realizar três ações interconectadas: indexação, armazenamento e recuperação de informações. Ele favorece a interlocução no interior de um campo temático específico -- no nosso caso, o dos estudos urbanos --, objetivando representar sinteticamente as informações.

pesquisa ou classifique o seu próprio trabalho. Ao contemplar a miríade temática que caracteriza os estudos urbanos, ele permite que diferentes campos de investigação, não raro delimitados disciplinarmente, possam interagir no momento da classificação.

Podemos dizer que o tesouro produzido pelo UrbanData-Brasil/CEM representa um esforço de reflexão sobre a natureza multidimensional do urbano, suas diferentes formas de abordagem e orientações teórico-conceituais. Daí termos considerado como fonte de consulta tanto artigos acadêmicos, teses, dissertações, quanto convocatórias de eventos da área, ementas de disciplinas, descrição de grupos de pesquisa, entre outros que, de alguma forma, tomam a temática urbana como seu eixo principal. Independente da natureza do material consultado, fazíamos uma leitura minuciosa para rastrear termos e expressões capazes de sintetizar os temas em questão.

Tomemos como exemplo o processo de elaboração da AT “Espaço Urbano”. Nesse caso, interessava reunir termos e expressões que designassem dinâmicas individuais e coletivas de produção, desconstrução e reconfiguração contínuas de espaços e lugares na cidade. Quando evocamos, por exemplo, as expressões “coesão/segregação socioespacial” e “centro/periferia”, consideramos um conjunto de pesquisas com envergadura multidisciplinar e antiga trajetória nos estudos urbanos, qual seja, aquela que busca analisar processos de distribuição socioespacial marcados por diferenciação entre os estratos e classes sociais em um tecido urbano atravessado por iniquidades de diversas ordens e escalas. Ao referenciar expressões como “territorialização/desterritorialização/reterritorialização” e “gentrificação”, temos em conta processos socio-históricos, e também culturais, relacionados a transformações nos espaços e lugares, bem como as possibilidades variadas de ocupação dos espaços e usos dos equipamentos urbanos.

Não raro, foi necessário inferir e definir um termo que expressasse o teor das discussões feitas por determinado conjunto de trabalhos analisados. Isto é, como nem sempre era possível identificar, no próprio trabalho, um termo ou expressão que resumisse de maneira objetiva a temática em questão, recorremos ao recurso de lhe imputar uma determinada nomenclatura. Por óbvio, tal

imputação ocorria no terreno mesmo das discussões apresentadas, buscando ser o mais fiel possível às reflexões dos autores⁶.

O tesouro oferece, portanto, uma verdadeira constelação de termos inter-relacionados. Nesse sentido, o trabalho de indexação e recuperação de informações remete a uma cartografia conceitual traçada pelo encadeamento dos termos contidos em uma mesma AT ou no contraste entre ATs diferentes. Esses mapas de termos/expressões, relacionados entre si, permitem verificar as possibilidades de conexão entre dinâmicas diversas no interior de um mesmo campo disciplinar ou entre disciplinas diferentes. Como um atlas, portanto, o tesouro reúne mapas que traçam caminhos investigativos num imenso emaranhado temático e, dessa forma, torna apreensível um acervo de modos de produzir conhecimento no campo multidisciplinar dos estudos urbanos.

Uma vez classificada de acordo com os critérios acima definidos, cada referência bibliográfica é inserida na base de dados, passando a integrar um campo considerável de interseções quantitativas e qualitativas. Torna-se possível, por exemplo, revelar a frequência das “referências espaciais” (localidades em diversas escalas) presentes em determinado tipo de publicação (artigos, por ex.), em uma ou mais disciplinas (ciência política, arquitetura e planejamento, geografia etc.) a partir de um recorte temporal específico (anos ou décadas). É dessas possibilidades de cruzamentos que tratamos a seguir.

São Paulo-capital: uma configuração persistente nos estudos urbanos

Em um primeiro exame do conjunto das teses e dissertações que compõem nosso universo empírico salta aos olhos a centralidade ocupada pela cidade de São Paulo como referente espacial. Como é possível observar no gráfico abaixo, das 497 referências coletadas, 217 têm a capital como o foco de suas investigações, ainda que possam investigar também outras cidades – do Estado de São Paulo, do Brasil ou de outros países. Dito de outro modo: as frequências observadas levam em consideração trabalhos que não são

⁶ Vale retomar o exemplo da AT “Espaço urbano”. A partir da leitura e sistematização de um número considerável de trabalhos, chegamos à expressão “trajetórias individuais e produção do espaço”. Com ela pretendemos contemplar reflexões sobre a produção do espaço urbano feitas com base no acompanhamento de trajetórias biográficas que, no seu entrecruzamento, permitem observar a constituição da trama urbana, as experiências cotidianas e concretas de diferentes atores sociais que habitam e circulam nas cidades.

unicamente relacionados à cidade em questão. É possível que haja referências que situem a pesquisa tanto na capital como em outra cidade, por exemplo, da Região Metropolitana.

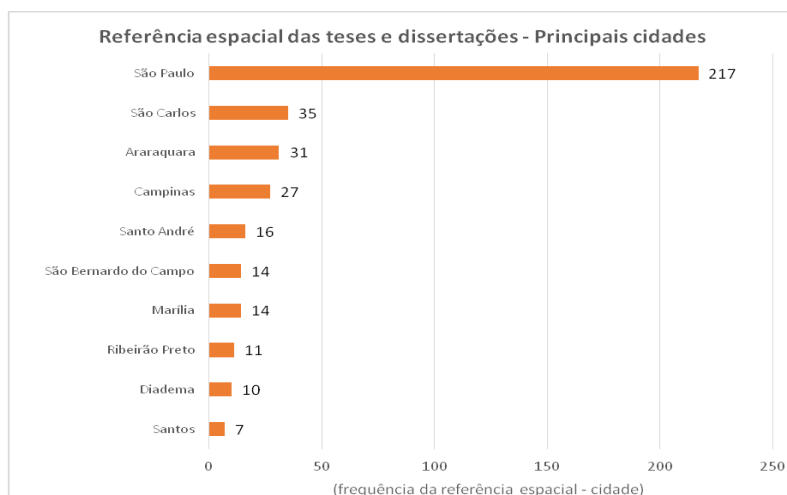


Gráfico 1

Já o gráfico abaixo aponta para a quantidade de trabalhos que dizem respeito *exclusivamente* ao município de São Paulo. Nesse caso, temos 190 referências – um número alto ainda -- que restringem seu chão empírico à capital:

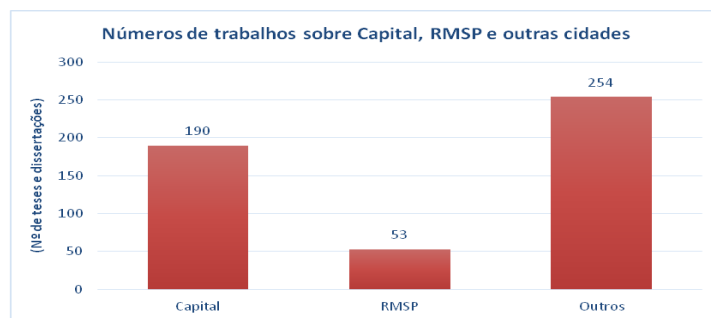


Gráfico 2

Essa preponderância da capital como objeto de análise, por certo, não surpreende: afinal, estamos falando do maior município brasileiro e o que concentra o maior orçamento do país (Cf. Marques, 2018, p.3). Mas esse destaque óbvio, por assim dizer, ganha relevos bem interessantes quando olhamos seu percurso ao longo do tempo (gráfico 3). Se o município logrou manter-se, desde os anos 1950 até 2015, como a referência espacial mais recorrente nas pesquisas aqui consideradas, não deixa de impressionar como São Carlos, Araraquara e Santo André adquiriram relevância nesse mesmo

período, apontando para uma ampliação do horizonte de interesses em direção a outras configurações urbanas.

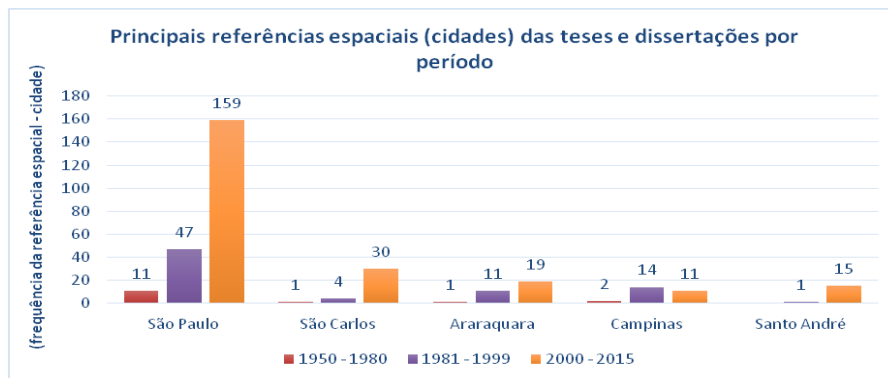


Gráfico 3

Frequência das ATs e sua variação temporal: o que nos dizem sobre os interesses de pesquisa



Gráfico 5

Das 35 ATs, nosso universo de teses e dissertações apresenta cinco principais: “Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho”, “Modo de Vida, Imaginário Social e Cotidiano”, “Espaço Urbano”, “Políticas Públicas” e

“Movimentos Sociais” – como podemos observar no gráfico 5. E se considerarmos, porém, a variação diacrônica das temáticas privilegiadas?

Principais Áreas Temáticas (1950 - 1980)	
ATs	Frequência
Estrutura econômica e mercado de trabalho	14
Estrutura social	4
Modo de vida, imaginário social e cotidiano	4
Espaço urbano	3
Fluxos populacionais e migrações	3

Tabela 2

Principais Áreas Temáticas (1981 - 1999)	
ATs	Frequência
Modo de vida, imaginário social e cotidiano	30
Movimentos sociais	23
Estrutura econômica e mercado de trabalho	22
Pobreza e desigualdade	17
Habitação Políticas Públicas Processos de urbanização	16

Tabela 3

Principais Áreas Temáticas (2000 - 2015)	
ATs	Frequência
Estrutura econômica e mercado de trabalho	91
Espaço urbano	75
Modo de vida, imaginário social e cotidiano	71
Políticas públicas	70
Violência	65

Tabela 4

É possível sugerir algumas interpretações e hipóteses para essa distribuição e sua variação temporal. Em primeiro lugar, é interessante chamar a atenção para a continuidade, ao longo do tempo, da AT “Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho”. Um dos argumentos que nos parece plausível para interpretar essa persistência, nos três recortes temporais delimitados, se refere à pujança econômica de São Paulo. Afinal, trata-se de trabalhos que abordam aspectos relativos às diversas atividades econômicas (industriais, comerciais e de serviços), o mercado de trabalho dela derivados, com suas contradições e conflitos, bem como sua expressão no espaço urbano.

O primeiro recorte temporal (1950-1980) delimita o período de “passagem para uma sociedade urbano-industrial”, como bem definido por Taschner e Bógus

(1986) – uma passagem capitaneada por São Paulo e Rio de Janeiro. Não por acaso, foi um período de grande influência do paradigma marxista⁷, com sua ênfase na infraestrutura econômica e no mundo do trabalho, o que também pode justificar a orientação das teses e dissertações preferencialmente para esse campo temático. Já no segundo momento (1981-1999), sua ligeira queda frente ao avanço das ATs “Modo de Vida, Imaginário Social e Cotidiano” e “Movimentos Sociais”, pode ser tributária de dois motivos associados: por um lado, essas foram décadas de aumento acelerado da pauperização e espoliação da população urbana (Kowarick 1979; Maricato 1979; Taschner 1990; Bógus 1992); por outro, novas correntes teóricas lograram informar o olhar dos pesquisadores paulistas, cuja atenção reorientou-se para diferentes experiências de mobilização, notadamente aquelas levadas a cabo nas periferias e franjas da cidade. A emergência de novos grupos na cena urbana provocou os acadêmicos em formação a compreender suas diferentes orientações normativas e referências valorativas, hábitos e práticas comuns que especificassem certos modos de viver as/nas cidades e regiões metropolitanas.

No terceiro recorte aqui considerado (2000-2015), podemos sugerir que o interesse renovado pela “Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho” tenha se dado em função de uma mudança conjuntural relacionada, tanto à retomada do crescimento econômico pós-2003 quanto a uma diversificação nas atividades econômicas no estado de São Paulo, além da importância que terão, por um lado, a Escola Marxista Francesa de Sociologia Urbana e, por outro, os novos campi universitários inaugurados em regiões consideradas industriais (como a UFABC).

Quando reunimos dois pares de ATs (“Pobreza e Desigualdade”/“Habitação” e “Políticas Públicas”/“Violência”), observamos mudanças interessantes nas passagens temporais consideradas. Como é possível observar no gráfico associado ao período 1981-1999, “Pobreza e Desigualdade” e “Habitação” figuravam como dois dos principais temas de interesse dos investigadores. É importante destacar que, então, se intensificava e emergia como questão pública aquilo que se convencionou chamar, nas ciências

⁷ Não estamos ignorando, por certo, a coexistência de outras escolas de pensamento, com destaque para a Escola de Chicago, na formação do campo dos estudos urbanos paulista. Para uma interessante apreciação dessas interlocuções nas origens, ver Mendoza (2005).

sociais paulistas, de “expansão e consolidação das periferias”. Se estas eram vistas como os territórios da vulnerabilidade social e econômica, não surpreende que os estudos cujo foco era a pobreza também ganhassem corpo -- afinal, consolidava-se, tanto acadêmica quanto politicamente, a associação entre periferias e precariedade. Mestres e doutores buscavam, então, observar a manifestação espacial de um processo mais amplo de crescimento das desigualdades produzidas pela crise econômica, especialmente o aumento exponencial do desemprego, e seus efeitos sobre certas populações e possibilidades de habitar a cidade.

Quando consideramos o recorte 2000-2015, a conjuntura é bastante distinta. Após um período de estabilização econômica, há uma retomada do crescimento, da oferta de emprego e das políticas estatais voltadas para certas camadas da população. Ao longo dessa década e meia, observa-se uma pequena, embora importante, queda nas desigualdades. Por outro lado, especialmente nas grandes capitais brasileiras, incluindo São Paulo, consolida-se um processo cujo esboço havia sido traçado décadas antes: a chamada violência urbana (Cf. Machado da Silva, 1993), que conquista centralidade nas agendas pública, midiática e acadêmica.

Há também um considerável incremento no interesse pelas políticas públicas produzidas por diferentes governos, em diversos níveis administrativos (Marques 2018). Isso, em parte, parece estar relacionado aos efeitos tanto das mobilizações das décadas anteriores, que conseguiram converter em legislações específicas suas demandas, como a mudanças político-administrativas que levaram à formulação de ações de garantia ao acesso a certos bens e serviços de cidadania e à participação social.

Pesquisadores X Pesquisadoras: temas e variação no tempo

Um outro conjunto interessante de questões diz respeito à distribuição das Áreas Temáticas de acordo com o sexo⁸, o que nos permite observar quais temas são mais recorrentes para mulheres e homens. Contudo, antes de abordarmos tal

⁸ Variável criada a partir do nome do/a autor/a da tese ou dissertação.

distribuição, gostaríamos de destacar a divisão dos valores das variáveis de sexo: como demonstrado no gráfico abaixo:

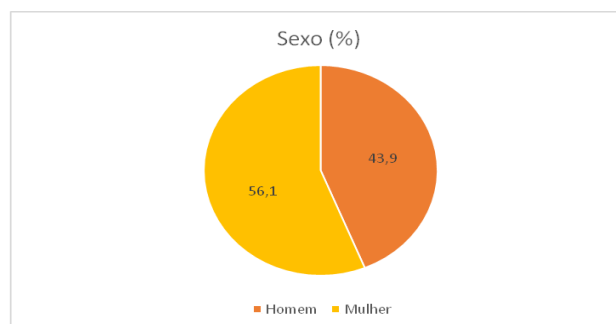


Gráfico 6

Quando consideramos essa distribuição por cada uma das instituições, encontramos os seguintes valores:

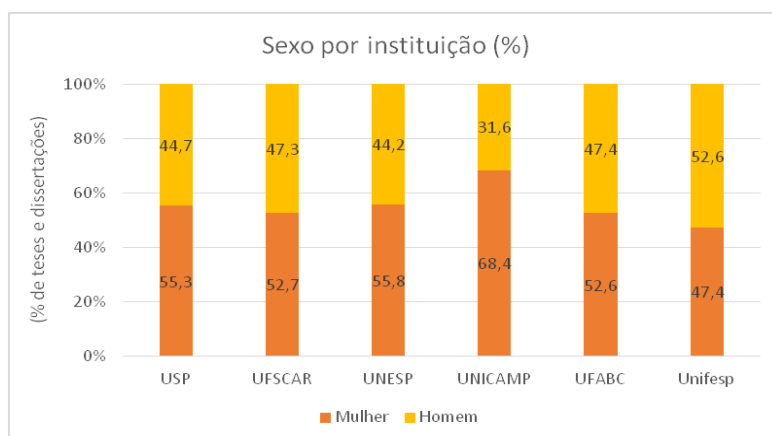


Gráfico 7

Com a exceção da Unicamp, que apresenta um percentual de 68,4% das teses e dissertações realizadas por mulheres, e apesar de uma ligeira distribuição a favor delas, verificamos que essa divisão se mantém mais ou menos equilibrada quando considerada de uma maneira geral⁹. Entretanto, quando observamos as ATs mais frequentes em cada sexo, fica evidente uma diferença significativa:

⁹ Isso não significa que haja necessariamente mais mulheres nos PPGs que compõem nosso universo empírico. O que os números nos sugerem é que nesses existem mais mulheres do que homens trabalhando com temáticas urbanas referidas a alguma escala do Estado São Paulo.

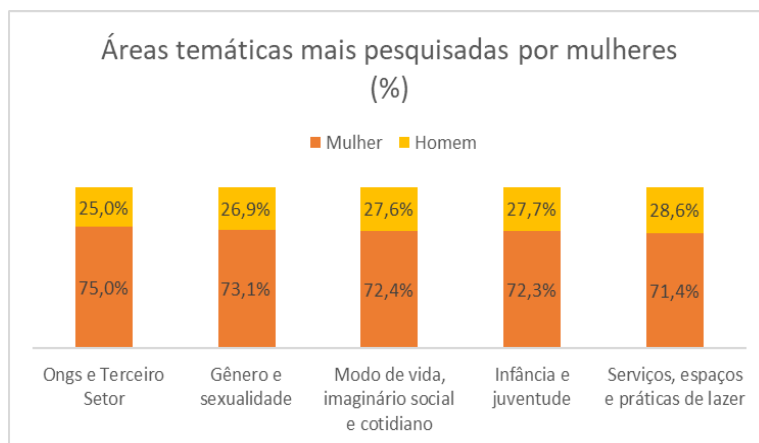


Gráfico 8

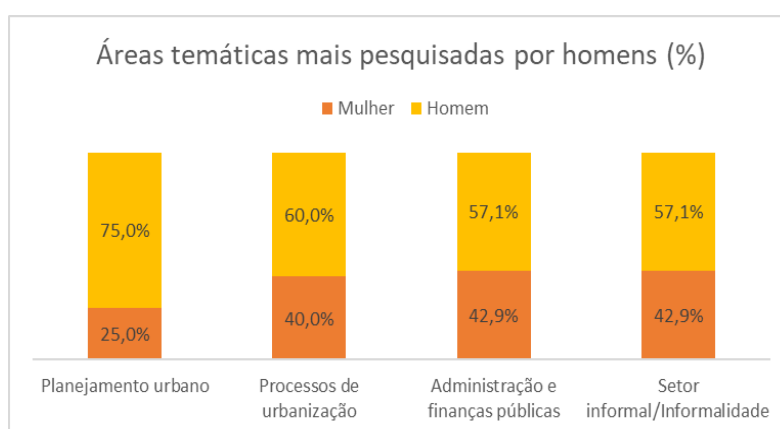


Gráfico 9

Os dados apresentados nos gráficos acima permitem-nos observar diferenças importantes no que se referem aos temas das pesquisas que mulheres e homens empreendem nos PPGs de Sociologia e Ciências Sociais das universidades públicas paulistas. Uma interrogação interessante para pesquisas futuras responderem seria justamente aquela relacionada aos motivos que levaram homens e mulheres a escolherem, no geral, temáticas de investigação tão distintas.

Analisando as informações apresentadas podemos sugerir algumas hipóteses. Destacando o conjunto das Áreas Temáticas nas quais se alocam os trabalhos das mulheres, observa-se uma concentração de investigações relacionadas a três campos de pesquisa: o primeiro, associado ao “corpo” (“Gênero e Sexualidade”); o segundo, ao que poderíamos chamar de o “tempo do não-trabalho” (“Serviços, Espaços e Práticas de Lazer” e “Modo de Vida,

Imaginário Social e Cotidiano”); e, por fim, ao “cuidado com o outro” (“Infância e Juventude” e “Ongs e Terceiro Setor”).

No caso dos trabalhos autorados por homens, podemos sugerir que a concentração das ATs se dá preferencialmente em dois campos temáticos: o primeiro relacionado ao planejamento e organização do espaço urbano (“Planejamento Urbano” e “Processos de Urbanização”); segundo, aquele ligado à administração e gestão das cidades como um todo (“Administração e Finanças Públicas” e “Setor Informal/Informalidade”).

Resumidamente, a hipótese principal que lançamos é que o campo principal de pesquisas das mulheres privilegia uma escala micro-meso relacionada ao cuidado de si e dos outros, assim como a temporalidades que não aquela dominada pelo universo do trabalho e da produção. Por outro lado, no caso dos homens, passamos à escala macro, à dimensão do governo urbano, envolvendo tanto o planejamento quanto a condução da economia. Grosso modo, temos o universo da “reprodução” com as mulheres e o da “produção” da vida social com os homens. Por óbvio não estamos afirmando que tal divisão diz respeito a uma alocação natural de certos temas a mulheres e homens a partir de uma condição essencial de ambos os sexos. Pelo contrário: essa distribuição talvez possa nos informar sobre processos de discriminação que atravessam a tessitura da vida social em nossas cidades e como isso, de alguma forma, reverbera nos empreendimentos de pesquisa. Cabe indagar, por exemplo, até que ponto as escolhas das escalas de observação e dos temas de investigação projetam distribuições ainda desiguais do acesso às instâncias de tomada de decisões nas cidades.

Considerações finais

Como dito no início desta comunicação, nosso objetivo aqui foi tão-somente compartilhar um trabalho ainda em construção. Estamos cientes de que, para o empreendimento de uma “sociologia da sociologia urbana de São Paulo sobre São Paulo”, ainda nos falta muito, especialmente um diálogo mais consistente com a vastíssima bibliografia sobre o campo – os notórios balanços da produção -- que a academia paulista acumula há décadas.

De todo modo, esperamos ter logrado oferecer um mapeamento tanto dos temas e espaços que vêm sendo privilegiados no âmbito da sociologia paulista, quanto aqueles que, até o momento, têm sido por ela preteridos. Cremos que o esboço de cartografia intelectual aqui desenhado, a partir do qual buscamos identificar correlações significativas entre temáticas e sexo dos autores, pode inspirar reflexões politicamente necessárias sobre as condições de produção do conhecimento em São Paulo e também no Brasil.

Com relação ao Tesouro das Áreas Temáticas, parece-nos que um das consequências possíveis de sua elaboração é auxiliar não somente nas formas de indexação e recuperação de trabalhos relacionados ao urbano – através da plataforma do UrbanData-Brasil/CEM que estamos construindo –, mas também no estímulo a um debate no próprio campo dos estudos urbanos sobre as possibilidades de nomeação dos processos que colocamos sob análise. Além do mais, tal investimento poderá facilitar a organização de congressos, seminários e outros eventos acadêmicos na medida em que permitirá ao pesquisador orientar melhor a sua decisão, por exemplo, quanto a qual grupo de trabalho ou linhagem de pesquisa sua produção está filiada.

Por fim, cabe dizer que um exame mais qualitativo do material até aqui coletado pela equipe do UrbanData-Brasil/CEM nos deixa com a certeza – e também a com a frustração – de que, em virtude da precária circulação das teses e dissertações, perde-se de vista trabalhos pioneiros na abordagem de processos emergentes, assim como são ignoradas reflexões centrais que teriam muito a contribuir na formulação de agendas de pesquisa e intervenção dentro e fora da academia.

Bibliografia

BÓGUS, Lucia Maria Machado. Urbanização e Metropolização: o caso de São Paulo. In: (Org.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Editora Cortez/OBSUR, 1992, p. 29-51.

CAMPOS, M. L. A. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Rio de Janeiro: EUFF, 2001.

CARVALHO, S. A. L. Terminologia e Documentação: um estudo terminográfico sobre performance musical. 2013. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CINTRA, Ana Maria et al. *Para entender as linguagens documentárias*. 2ª Ed rev. e ampli. São Paulo: Polis, 2002.

FREIRE, Jussara; ROCHA, Lia. Para uma sociografia da sociologia urbana brasileira: a obra de Luiz Antonio Machado da Silva. *Antropolítica* (UFF), v. 1, p. 69-91, 2011

KOWARICK, Lucio Felix Frederico. *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 203p

MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana: representação de uma ordem social. E. P. Nascimento e I. A. F. Barreira (orgs.), *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MARQUES, Eduardo (org.) *As políticas do urbano em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp e Centro de Estudos da Metrópole, 2018.

MENDOZA, Edgar S. G. “Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)”. *Sociologias*, ano 7, no 14, jun/dez, 2005, p. 440-470.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antônio. Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA, 2011. 128 p.

VALLADARES, Licia do Prado (Org.). *La Recherche Urbaine au Brésil: um état de la question*. Bordeaux: CEGET/CNRS/ORSTOM, 1998.

_____, SANT'ANNA, Maria Josefina G. (orgs.). *O Rio de Janeiro em Teses: catálogo bibliográfico 1960-1990*. Rio de Janeiro: CEPRio (UERJ)/URBANDATA/IUPERJ, 1992. 196p.

_____; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel; CAILLAUX, Ana Maria Lustosa (orgs.). *1001 Teses sobre o Brasil Urbano: catálogo bibliográfico (1940-1989)*. Rio de Janeiro: IUPERJ/URBANDATA, ANPUR, 1991. 197p.

_____; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Olhares sociológicos sobre o Brasil Urbano. In: Lucia Lippi de Oliveira. (Org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CNPq, 2002. p. 60-83

_____; MEDEIROS, Lidia. *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, URBANDATA, 2003. 479p.

